

AO CONSELHEIRO RELATOR CONSELHEIRO RELATOR ADONIAS MONTEIRO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE-MG

AUTOS DO PROCESSO Nº 1102135

ASSUNTO: PRESTA INFORMAÇÃO/FAZ REQUERIMENTO

RESPRESENTADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA
SUDENE – CIMAMS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados infra-assinados, vem perante V, Exa., apresentar informar fato novo e requer **RECONSIDERAÇÃO DE SUSPENSÃO LIMINAR**, determinada pelo Ilustre Relator Adonias Monteiro, no procedimento administrativo em epígrafe, relativo à Ata de Registro de Preços n. 05/2021, firmada entre esse Consórcio e a empresa que se sagrou vencedora - Vivver Sistemas Ltda., determinando que o CIMAMS se abstivesse de conceder autorização para novas adesões à ata.

Nesse sentido, em breve síntese, fazemos a presente juntada no **sentido de buscar a devida celeridade da revisão do ato suspensivo ante as argumentações trazidas aos autos**.

A denúncia, infundada, formulada pela empresa Sidim Sistemas Eireli em face do Pregão Eletrônico n. 03/2021, deflagrado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, também foi formalizada junto **13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Claros – Curadoria do Patrimônio Público da Comarca** (decisão anexada).

A empresa denunciante, que sequer participou do certame, tem como seu único propósito o de turbar o processo administrativo e, nesse sentido, cumpre-nos anotar que os efeitos da referida decisão mesmo em sede de liminar de Suspensão da adesão de novos municípios tem o potencial efeito mais gravoso, o que se diz - dano reverso, ante ao notório interesse público

do bem jurídico ora em debate uma vez que se presta a atender uma questão complexa da área de saúde dos Municípios Consorciados, em pleno aumento de demanda em decorrência do SarsCOVID-19.

Ante a breve síntese apresentada nesse instrumento, aliada à manifestação protocolizada no dia 22/06/2021(anexo II), quando informamos a manifestação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que após detida análise de toda documentação relativa ao processo licitatório em debate nessa Colenda Corte de Contas, pela ilustre Promotora do Patrimônio Público da Comarca de Montes Claros, Dra. Tatiane Aparecida de Almeida Carvalho, resolveu, em decisão acertada e fundamentada pelo **arquivamento do procedimento investigatório por entender pela regularidade e devida publicidade da licitação denunciada,** e anexada ao presente requerimento, o que se pede ante todo o exposto:

- 1 – Que seja revista a decisão liminar, para determinar o seguimento de todos os atos permitidos pelo CIMAMS em relação ao certame;
- 2 – Que seja submetida aos ilustres da Câmara para o referendo da sustação da liminar;

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2021.

JORGE WASHINGTON CANÇADO NETO
OAB/MG Nº 109.208

ACÁCIO WILDE DOS SANTOS
OAB/MG 81.810

JOÃO AUGUSTO DE PÁDUA CARDOSO
OAB/MG 154.351